



ATA Nº 005/2017

1
2 **ATA DA REUNIÃO DO COLEGIADO REGIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA**
3 **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - AMAVI.** Aos dezessete
4 dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, tendo por local a
5 Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, realizou-se a quinta reunião do
6 Colegiado Regional de Assistência Social da AMAVI do ano de dois mil e dezessete.
7 Estavam presentes vinte e duas pessoas conforme a lista de presença. Iniciamos com a
8 leitura e deliberação da ata referente ao dia vinte e dois de agosto de dois mil e
9 dezessete. **Segundo assunto** em pauta, manifesto em defesa do SUAS, falou-se sobre a
10 realidade do Estado de Santa Catarina que não é diferente de outros Estados e de que
11 também sente a falta de recursos com os cortes atuais. A Assistente Social da AMAVI
12 Denise G. Dolejal compartilhou sobre sua participação na reunião de prefeitos que se
13 mobilizaram contra o corte de noventa por cento de recursos destinados aos serviços de
14 assistência social, onde o governo se compromete em manter o orçamento para o SUAS
15 (Sistema único de Assistência Social) que é de dois bilhões, mas os rumores ainda
16 apontam para o corte. Em geral o manifesto repercutiu de forma positiva e fica
17 expectativa se os resultados irão se concretizar. O assunto foi bastante discutido, por isso
18 a importância de ter um representante de cada município nas reuniões do colegiado e
19 que os assuntos debatidos cheguem aos prefeitos de cada município para que conheçam
20 a Política de Assistência Social e que tenham ciência sobre a escassez e corte de
21 recursos. **Terceiro assunto**, documento de orientações do Conselho tutelar onde
22 algumas pontuações importantes foram citadas como horário de funcionamento e
23 dedicação exclusiva ao serviço, foram destacadas algumas atribuições dos conselheiros
24 tutelares conforme caderno de orientações do conselho tutelar, horários de
25 funcionamento e a forma de plantão que deve estar regulamentado em lei municipal. O
26 tema abriu discussão e questionamentos, pois a maioria dos municípios enfrentam a
27 mesma dificuldade pelas informações equivocadas que os conselheiros tutelares acabam
28 captando nas capacitações. A sugestão é de que o conselheiro tutelar deve estar mais
29 preparado para desempenhar a função que é de bastante responsabilidade, trabalhar a
30 prevenção e para tanto é de extrema importância estar qualificado, pautados pelos
31 princípios dispostos na resolução de número cento e setenta do ano de dois mil e
32 quatorze, caderno de orientações do Conselho Tutelar, lei municipal e capacitação.
33 **Quarto assunto**, Informações da última reunião do Colegiado Estadual de Assistência
34 Social – COAS, abordou-se o assunto dos planos municipais que devem ser feitos pelos
35 técnicos do município com informações do PMAS (Plano Municipal de Assistência
36 Social), PPA (Plano Plurianual Municipal) e Conferência de Assistência Social do
37 município, como norteadores para a elaboração do novo plano. Falou-se sobre recursos
38 Federais e Estaduais, que vários municípios ainda estão recebendo parcelas em atraso
39 referente ao ano de dois mil e dezesseis, outro tema foi o capacita SUAS que foi de
40 forma geral positivo. Ismael Córdova - Diretor de Estado da Assistência Social, que
41 também esteve presente na reunião do COAS, colocou em pauta a questão sobre a
42 estratégia da SST (Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação) de
43 conseguir parcerias com as ADR (Agência de Desenvolvimento Regional) e trabalhar em

44 conjunto. O Estado tem a pretensão de criar uma plataforma virtual sobre a Assistência
45 Social. A Técnica Paloma do SST fez sua fala voltada a questão da vigilância
46 socioassistencial, que deve crescer e se desenvolver nos municípios e também foi falado
47 sobre o serviço de família acolhedora que deve ser bem estruturado nos municípios com
48 equipe referenciada e com as famílias capacitadas e preparadas para a oferta do serviço.
49 **Quinto assunto**, avaliação da roda de conversa a respeito da Política de Assistência
50 Social e papel dos Gestores que foi muito positiva levando em consideração a
51 experiência de Janice Merigo Assistente Social da FECAM (Federação Catarinense de
52 Municípios) que falou sobre a Gestão do SUAS, proteção social básica e proteção social
53 especial de média e alta complexidade, instituições de longa permanência e acolhimento
54 para crianças e adolescente. Na oportunidade foi sugerido outros assuntos para trazer
55 em discussão em uma nova roda de conversa. **Sexto assunto** Proposta para o Décimo
56 Segundo Seminário Regional do Fórum pelo fim da violência e da exploração
57 sexual infanto-juvenil, sugerido de ser ofertado de forma itinerante, começar por
58 um município aleatório e assim cada município fica responsável pela contratação
59 do palestrante e todos os municípios rateiam o café, mas será discutido e decidido
60 no próximo ano. **Sétimo assunto**. Público prioritário para serviço de convivência
61 e fortalecimento de vínculos – SCFV, serviço complementar ao PAIF (Programa
62 de Atenção Integral a Família) que deve atender o artigo três, da resolução um
63 de dois mil e treze em seu inciso primeiro onde diz que para a identificação dos
64 usuários em situação prioritária, será utilizado o Número de Identificação Social -
65 NIS do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico
66 e deve ser seguido as diretrizes do reordenamento e quando ser executado
67 oficinas, as mesmas devem ter estratégias para um resultado positivo com as
68 famílias como um projeto socioeducativo que envolva respeito, disciplina,
69 cidadania e projeto de futuro. **Oitavo assunto**, utilização dos recursos do FIA
70 (Fundo para infância e adolescência), a Secretária Municipal de Assistência
71 Social de Rio do Sul Danielle Cristina Zanella fez uma explanação a respeito
72 de como utilizar os recursos do FIA, este momento ocorreu nas dependências da
73 Secretaria de Assistência e desenvolvimento social, no período da tarde, foi
74 acompanhado e compartilhado com a Fernanda (administrativo financeiro da
75 Secretaria de Assistência Social) e a Maristela, presidente do CMDCA (Conselho
76 Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) que é muito ativo e
77 comprometido, primeiro fizeram um diagnóstico da realidade do município
78 utilizando-se das informações do Plano Decenal e respaldando-se com o novo
79 Marco Regulatório - Lei treze mil e dezenove e Resolução cento e trinta e sete do
80 CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente). O
81 fundo deve ter CNPJ próprio, o recurso deve estar no orçamento do município e
82 no plano de aplicação para tal programa o empenho deve ser coletivo, inclusive
83 dos contadores do município. **Nono assunto** Assuntos Gerais, Denise G. Dolejal -



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Saleté - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

84 Assistente Social da AMAVI, comentou sobre a importância da acolhida e bom
85 atendimento ao telefone, que os colaboradores ou recepcionistas devem estar
86 melhor orientados para atender de boas maneiras em geral. Ana Carolina gestora
87 da Secretaria de Assistência Social de Petrolândia, reforçou a importância de ter
88 uma nova roda de conversa sobre financiamentos. Sem mais, encerrou-se a
89 presente ata, assinada por mim, Sirlene Jordão Assistente Social do município de
90 Pouso Redondo e demais membros deste Colegiado presentes, conforme a lista
91 de presença em anexo.